



PORTARIA SEDE

PORTARIA N.º 136, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024

Aprova o Programa Anual de Capacitação - PAC, do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, para o exercício de 2024.

A DIRETORA-GERAL, EM SUBSTITUIÇÃO, DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, considerando as exigências contidas no art. 10 da Lei n.º 11.416/2006, bem como o teor da Resolução TSE n.º 22.572/2007, que institui o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça Eleitoral, a Resolução CNJ n.º 192/2014, com alteração dada pela Resolução CNJ n.º 246/2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário e o disposto no art. 8º da Resolução TRE/AM n.º 005/2009 e, ainda, o Planejamento Estratégico Institucional, o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas e o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, aliados às necessidades de capacitações obrigatórias por força de normativos vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o **Programa Anual de Capacitação 2024 - PAC/2024**, constante no **Anexo** desta Portaria, que será administrado e executado pela Seção de Capacitação da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento.

§ 1º O atendimento das ações do PAC/2024 estará condicionado à disponibilidade orçamentária, ao planejamento de capacitação elaborado pela Seção de Capacitação, à oferta de cursos no mercado que atendam às necessidades identificadas e, quando se tratar de ação emergencial não constante no Anexo, às justificativas dos setores acerca da necessidade e aplicabilidade da capacitação pretendida.

§ 2º Os cursos listados no Anexo desta Portaria servem como sugestões para o desenvolvimento das lacunas identificadas podendo ser substituídos por outros que, de igual forma, atendam as referidas necessidades.

§ 3º A Seção de Capacitação deverá realizar o planejamento das ações de capacitação de acordo com os princípios da economicidade e da eficiência, observando-se a necessidade de capacitação das unidades, conforme necessidades identificadas.

Art. 2º As capacitações indicadas em razão das obrigações por força de legislações ou decisões e aquelas essenciais aos trabalhos nas comissões e atividades das unidades, bem como as relacionadas às execuções das iniciativas estratégicas do Plano Estratégico Institucional, do Plano de Tecnologia da Informação, do Plano de Gestão de Pessoas, do Plano de Auditoria e do Plano da área de Contratações foram classificadas como de **prioridade alta** e deverão ser priorizadas quando da execução do PAC/2024.

Parágrafo único. As capacitações classificadas como **prioridade média** e agrupadas em áreas temáticas, poderão ser atendidas desde que não prejudiquem o planejamento da execução das capacitações classificadas como de “prioridade alta”, observadas as condições constantes no artigo 1º.

Art. 3º A Seção de Capacitação deverá buscar soluções para a otimização dos recursos orçamentários destinados à capacitação, priorizando os eventos de capacitação na modalidade *in company* ou por ensino à distância - EaD ou, ainda, a realização de ações de capacitação através de instrutoria interna.

Parágrafo único. Sempre que possível, deverão ser consultados outros órgãos do Poder Judiciário Federal, da Justiça Estadual e Ministério Público sobre a possibilidade de se promover cursos compartilhados, a fim de otimizar a execução dos recursos públicos.

Art. 4º A indicação de servidores para cursos deverá recair, obrigatoriamente, sobre os servidores onde foram identificadas as maiores lacunas de competência a serem desenvolvidas e, quando houver um maior quantitativo de vagas ofertadas, deverá ser aberta a participação a outros servidores com as mesmas lacunas de capacitação identificadas.

Parágrafo único. Para as capacitações não listadas no Anexo, a Seção de Capacitação deverá analisar a real necessidade de atendimento da capacitação solicitada, verificando se a matéria advém de decisão ou novo regulamento/procedimento ou, ainda, se os servidores indicados já foram beneficiados, nos 2 (dois) anos anteriores, com capacitações em tema equivalente, sem que tenha havido significativa alteração no conteúdo abordado.

Art. 5º Os servidores que participarem de capacitações deverão, no interesse da Administração, transmitir os conhecimentos auferidos aos outros servidores do próprio setor e aos demais setores do Tribunal com interesses afins com o tema do evento, conforme dispõe o artigo 8º da Resolução TRE-AM n.º 005/2009.

Parágrafo único. Cabe à Seção de Capacitação a viabilização de grupos de estudos para a transmissão dos conhecimentos de que trata o *caput*.

Art. 6º Os servidores deverão priorizar as capacitações relacionadas no Anexo desta Portaria, ou similares, identificadas pelas suas respectivas unidades de lotação, quando requererem afastamento para usufruto de Licença para Capacitação, bem como quando realizarem capacitação para fins de concessão de adicional de qualificação decorrente de ações de treinamento ou para fins de progressão funcional.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora-Geral.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KETULLE CRISTINE MOTA DE ALBUQUERQUE
Diretora-Geral do TRE/AM, em substituição

ANEXO DA PORTARIA N° 136/2024

PROGRAMA ANUAL DE CAPACITAÇÃO 2024

**NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO GERAL
INTERESSE INSTITUCIONAL - PRIORIDADE ALTA**

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Habilidades específicas para a atividade de Segurança Judiciária (Resolução TSE n.º 22.572/07)	3	Técnicos Judiciários da Área de Segurança Judiciária e Membros da Comissão Permanente de Segurança
Gestão do Teletrabalho na Administração Pública	30	Servidores lotados na Presidência, Diretoria, Assessorias Jurídicas, Gestão de Pessoas e demais interessados
Elaboração de Pareceres e Manifestações Jurídicas	50	Servidores lotados nas diversas unidades do Tribunal, inclusive nas Zonas Eleitorais
Estratégias de Recursos Humanos voltados à Capacitação e Desenvolvimento	10	Servidores lotados na Seção de Capacitação, Escola Judiciária Eleitoral e Corregedoria Regional Eleitoral
Gestão do Cadastro Eleitoral - ELO 22	80	Chefs de Cartórios, Coordenadores de Postos de Atendimento e demais interessados
Ações Práticas de Cível-Eleitoral (AIJE, AIME, RCED, Representações)	80	
Execução Fiscal e Cumprimento de Sentença no âmbito da Justiça Eleitoral	80	
Registro de Candidatura - Eleições 2024	80	
Propaganda Eleitoral - Eleições 2024	80	
Análise de Prestação de Contas Eleitorais - Eleições 2024	80	

**NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO - AUDITORIA
INTERESSE INSTITUCIONAL - PRIORIDADE ALTA**

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Prestação de Serviço de Auditoria	8	(PAC - AUDITORIA)
Auditoria Contábil aplicada ao Setor Público com fundamento na Instrução Normativa TCU n.º 84/2020	2	
Cálculo de Aposentadoria de Servidor Público	3	
Auditoria Financeira aplicada ao Setor Público	2	

**NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO - TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
INTERESSE INSTITUCIONAL - PRIORIDADE ALTA**

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Administrador OTRS	2	
Auditoria em segurança da informação	1	
Geoprocessamento da SBT/CNEFE	1	

Treinamento Oficial - Container Adoption Boot Camp for Administrators	4
Treinamento Oficial - Red Hat Learning Subscription Standard	8
Foundations of Incident Management	3
Overview of Creating and Managing CSIRTs	3
Advanced Topics in Incident Handling	3
GoHacking Active Directory Defense	3
GoHacking Secure Coding and DevSecOps	6
CEH - Certified Ethical Hacker	3
ITIL 4 Foundations Oficial	3
Atualização Bibliotecas ITIL e COBIT	2
Desenvolvimento de Código Seguro - Desenvolvimento de Sistemas	6
Segurança em Banco de Dados	6
DevOps	6
Arquitetura e Desenvolvimento de Sistemas, Ferramentas e Aplicativos em Nuvem	6
Governança de Sistemas Informatizados	8
Machine Learning e Inteligência Artificial com Python	6
Mapeamento de Processos (BPM)	10
Análise da Gestão de Processos	7
SQL para análise de dados	10

(PAC - TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO)

Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Comissão Permanente de Segurança da Informação

**NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO - LICITAÇÕES E CONTRATOS
INTERESSE INSTITUCIONAL - PRIORIDADE ALTA**

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Governança, Gestão e Fiscalização das Contratações (contratos de TI, obras públicas, contratações sustentáveis, serviços técnicos especializados, serviços e terceirização de mão de obra)	40	
Dispensa Eletrônica e Registro de Preços na Nova Lei e Utilização prática no Compras.gov	15	
Credenciamentos sob a ótica da Lei n.º 14.133/2021	15	
Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei n.º 14.133/2021	40	
Reequilíbrio Econômico-Financeiro de Contratos Administrativos ou Similar	30	
Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência	30	
Planilha de Custos e Formação de Preços em Contratos de Serviços Contínuos	40	
Orçamento de Obras Públicas ou Similar	4	
Elaboração de Editais e Contratos	6	

(PAC - LICITAÇÕES E CONTRATOS)

Servidores que ocupam “funções-chave” nas contratações (dirigentes, pregoeiros e servidores da SELIC, SECONT e da COAUD, gestores e fiscais de contratos, servidores que atuam na pesquisa de preços e nas demais fases dos processos de contratações, além dos membros do Núcleo Permanente de Contratação e demais indicados)

Atualização de Pregoeiros / Congresso de Pregoeiros	3
Atualização e Julgados relativos a Licitações e Contratos conforme a Lei n.º 14.133/21	15
Gestão de Riscos nas Contratações Públicas	30
Gerenciamento de Riscos em Centros de Memória e Museus	6

**NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO SEGMENTADAS POR ÁREA
INTERESSE INSTITUCIONAL - PRIORIDADE MÉDIA**

ü Área 1: ATENDIMENTO EFICIENTE, PRODUTIVIDADE E ORGANIZAÇÃO PESSOAL

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Lei do Usuário do Serviço Público e suas alterações	80	
Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD Aplicada ao Setor Público e Compatibilização com a Lei de Acesso à Informação - LAI	80	
Excelência no atendimento ao Público Interno e Externo e Ética e Etiqueta Profissional	80	
Organização e Produtividade no Ambiente de Trabalho - Autogerenciamento e Administração do Tempo	80	Todas as unidades, inclusive ZONAS ELEITORAIS

ü Área 2: CHEFIA, LIDERANÇA, EQUIPES E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Gestão, Mediação e Conciliação de Conflitos	60	
Melhoria das Relações Interpessoais no Trabalho	60	
Violência Política de Gênero	80	
Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação no Ambiente de Trabalho	80	Gestores e demais interessados das unidades, inclusive ZONAS ELEITORAIS

ü Área 3: SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Como elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	10	
Planejamento e Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)	10	Membros da Comissão e demais indicados
Introdução à Audiodescrição	10	
Libras Básico/Intermediário (Res. CNJ n.º 401/2021)	80	
Atendimento ao Público PCD (Res. CNJ n.º 401/2021)	80	Todas as unidades, inclusive ZONAS ELEITORAIS
Acessibilidade: noções básicas; barreiras atitudinais; capacitismo e aspectos práticos para os que trabalham no atendimento ao público	80	

II Área 4: COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Redação Jurídica e Redação de Documentos Oficiais	60	TODAS as unidades, inclusive ZONAS ELEITORAIS
Técnicas de História Oral, Discurso e Oratória	15	
Comunicação Assertiva e Comunicação Não Violenta	60	

II Área 5: LEGISLAÇÃO, NORMATIVOS E RITOS (Formação, Atualização e Aperfeiçoamento)

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Atualização da Lei n.º 8.112/1990: Regime Jurídico dos Servidores Públicos da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais	8	SGP/GABSGP/NGGSGP/ COPES/SEATEC/SEDID e demais unidades indicadas
Atualização da Lei n.º 9.784/1999: Processo Administrativo	8	
Aposentadorias Especiais - Aposentadoria da Pessoa com Deficiência - PCD e Aposentadoria da pessoa submetida à exposição de agentes nocivos (físicos, químicos e biológicos).	4	GABSGP/ COPES / SEATEC / SEPAG
Aposentadorias e Pensões Civis	4	
Migração de Regime Previdenciário, com cálculo do Benefício Especial	4	GABSGP/ COPES / SEBEN / SEPAG
Averbação de Tempo de Serviço e de Contribuição	3	GABSGP/ COPES / SEDID / SEPAG
Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância - Instrução Processual, Técnicas de Entrevista, Ampla Defesa e Contraditório, Temas Polêmicos	10	CRE e Servid. das Comissões de Ética, de Assédio Moral e Sexual de 1º e 2º Grau, Perm. de Proc. Disciplinares
Execução Judicial à Luz do Novo CPC	6	ASJUR / ASPRES

II Área 6: DIREITO ELEITORAL (Normativos e Atualizações)

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Atualização em Práticas Cartorárias (Sistemas implantados e/ou aperfeiçoados)	80	
Análise de Prestação de Contas Anuais	80	ZONAS ELEITORAIS e demais interessados
Ilícitos Penais Eleitorais	80	
Elaboração de Votos	10	
Direito Processual Eleitoral em matéria de Recursos Eleitorais	15	ASPRES / ASCRE / ASJUR / SJD / ZONAS ELEITORAIS
Direito Processual Civil aplicado ao Direito Eleitoral	15	
Atualização em Direito Eleitoral face as alterações da Reforma de 2021	15	

II Área 7: ORÇAMENTO E FINANÇAS

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Tesouro Gerencial Avançado	2	SAO/ COFIN/ SEGEOR/ SEPFIN
Empenho de Despesas - Classificação Orçamentária	2	SAO/ COFIN/ SEGEOR
Execução Orçamentária e Financeira	4	SAO/ COFIN
TRANSFEREGOV.BR (Teoria e Prática)	8	SAO/ COFIN
EFD-REINF, ESOCIAL, DCTFWEB, PERDCOMPWeb e Pagamento de DARF Previdenciário no SIAFIWeb	3	
Retenções de Tributos na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e Novas Declarações Obrigatórias a partir de 2023: SPED; e-Social; EFD-Reinf e DCTFWeb	3	SAO/ COFIN/ SECONT
Regularizações Contábeis no SIAFI (Contas Contábeis, Eventos, Situações e Rotinas)	3	

IX Área 8: GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Gestão de Almoxarifado, Patrimônio e Desfazimento de Bens	5	Servidores da SEALM/CAPAT e demais indicados
Preservação Digital e RDC-Arq	3	
Conservação Preventiva e Restauração de Documentos e Objetos	3	Servidores da CEMEB e demais indicados
Criação de Repositório do Zero com DSpace	3	
Cerimonial Público, Protocolo e Organização de Eventos Públicos	3	Servidores da ASCEP e demais indicados
Mídias Sociais para Órgãos Públicos	3	Servidores da ASCOM e demais indicados

X Área 9: PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Planejamento Estratégico orientado para Execução	10	
Gestão de Projetos: Elaboração, Execução, Controle e Finalização	20	Alta Gestão do Tribunal e, LIODS, AGG, NGGs e demais indicados

XI Área 10: INOVAÇÃO E SISTEMAS

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Power BI - Business Intelligence _ INTERMEDIÁRIO	20	
Power BI - Business Intelligence _ AVANÇADO	20	Unidades Interessadas

Sistema de Inspeções e Correções - SINCO	2	Servidores da Corregedoria
E-Social para Órgãos Públicos – Teoria e Prática	20	Servidores SGP, SAO, STI e demais unidades interessadas
Gestão da Inovação no Setor Público	11	Servidores integrantes do Comitê de Gestão da Política da Inovação
Princípios do Design Thinking e Inovação em Governo	11	
Aprendizagem no Moodle	2	Servidores da EJE

II Área 11: SEGURANÇA PESSOAL E PATRIMONIAL

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Abordagem e Defesa Pessoal (uso do bastão retrátil)	3	
Segurança da Informação e Inteligência voltado à Segurança Pessoal e Patrimonial	3	Membros do Gabinete da Polícia Judicial e da Comissão Permanente de Segurança
Armamento e Tiro	3	
Segurança e Proteção de Dignitários	3	
Direção Defensiva, Operacional e Evasiva	3	



Documento assinado eletronicamente por **KETULLE CRISTINE MOTA DE ALBUQUERQUE**, Diretor-Geral, em substituição, em 29/02/2024, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-am.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0000156724** e o código CRC **3B74324C**.